

Credores acertam refinanciamento com o Brasil



Camdessus renova confiança no Brasil e Marcílio comemora aquela que deve ser sua última negociação

Washington — O Brasil e seus bancos credores finalizaram um acordo sobre o refinanciamento da dívida comercial que chega a US\$ 50 bilhões, anunciou ontem o ministro brasileiro da Economia, Marcílio Marques Moreira.

O Brasil já tinha conseguido um acordo de princípio no último dia 9 de julho, mas agora foi completada a “carta de protocolo” que inclui todos os detalhes do trato, disse Marcílio.

A dívida brasileira de médio e longo prazos será transformada em sete instrumentos financeiros que incluirão redução da dívida, alívio do fluxo de caixa e novos empréstimos, indicou o ministro.

Além da dívida bancária, o Brasil tem obrigações por outros US\$ 70 bilhões com governos e institutos multilaterais, o que o transforma no País mais endividado do Terceiro Mundo.

O Brasil subscreveu um acordo *stand-by* de 18 meses com o Fundo Monetário Internacional em janeiro passado, mediante o qual o FMI lhe outorgou um crédito de US\$ 2,1 bilhões.

As metas do programa brasileiro quanto a inflação e gasto fiscal se desviaram em meados de agosto, mas o ministro assegurou que mesmo que “alguns números não estejam bem”, os fundamentos básicos “estão nos trilhos”.

Trata-se da primeira vez que um país fecha um acordo de refinanciamento com os bancos apesar de não estar cumprindo os termos de seus acordos *stand-by* com o Fundo Monetário Internacional.

O acordo foi anunciado à margem dos trabalhos da assembléia anual do FMI e do Banco Mundial, que reúnem em Washington os ministros das finanças e os banqueiros de todo o mundo.

Incentivo — O diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, em visita à sala de imprensa da assembléia, disse que tinha incentivado os bancos a selar o acordo com o Brasil porque mantém a confiança no bom desempenho brasileiro.

“Entendemos as dificuldades que o Brasil enfrenta, e acreditamos que esse País está passando por

uma prova de fogo em sua democracia”, disse Camdessus, referindo-se ao processo de *impeachment* de o presidente Fernando Collor de Melo pode sofrer. “Isso nos incentiva a continuar apoiando o Brasil, e por isso demos luz verde aos bancos internacionais” para selar o acordo, afirmou Camdessus.

Marcílio indicou que o refinanciamento compreende US\$ 6 bilhões com bancos brasileiros e 44 bilhões com bancos estrangeiros, e todos os juros atrasados desde primeiro de janeiro de 1991 até a data em que sejam emitidos novos bônus que substituirão a dívida velha.

Os novos instrumentos serão classificados em três grupos:

A) títulos que envolvem redução do montante ou dos juros: bônus a paridade, bônus de desconto e bônus com redução temporária de juros;

B) títulos que permitem alívio de fluxos de caixa: bônus de capitalização, bônus de conversão da dívida, e opção de reestruturação;

C) bônus de dinheiro novo.

Os bônus de desconto propiciarão uma redução imediata do capital da ordem de 35%, precisou Marcílio.

Os bônus a paridade terão uma taxa fixa de juros de 4% do primeiro ao sexto ano, e subirão a 6% do sétimo ao trigésimo ano.

“Desta forma, o Brasil ficará protegido das oscilações das taxas de mercado, que no passado tanto interferiram na administração da dívida”, disse Marcílio.

O acordo brasileiro representa algumas inovações em relação com os outros conseguidos recentemente no contexto do Plano Brady. A mais significativa delas é o pagamento escalonado — ao longo de dois anos — das garantias ou incentivos criados para tornar mais atraativos os novos bônus.

A aprovação do Senado é um dos requisitos ajustados antes que os termos acertados com o comitê bancário sejam apresentados aos mais de 300 bancos credores do Brasil, frisa o comunicado conjunto divulgado pelo ministro Marcílio Moreira e o vice-presidente do Citibank, William Rhodes.

Camdessus intercederá pelo País

O diretor-geral do FMI, Michel Camdessus, prometeu, ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, que fará o possível para ajudar o Brasil no prosseguimento das negociações da dívida externa. Ele informou que remeterá uma carta à comu-

nidade financeira internacional recomendando que os 600 bancos credores do Brasil assinem o acordo de renegociação da dívida externa brasileira tão logo o Senado aprove a minuta do acordo.